



Senhor da Alma e do Estado:

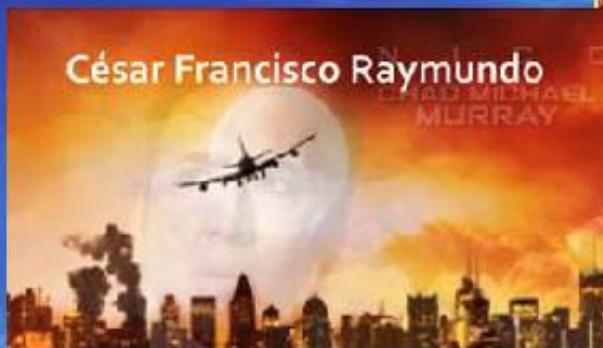
*O dever dos cristãos de
misturar política e religião*

Mike Warren

O últimos dias como você nunca ouviu falar!

César Francisco Raymundo

with MICHAEL
MURRAY



DEIXADOS PARA TRÁS

**Separando a Ficção
da Realidade**

Revista Cristã
Última Chamada

- ▶ Arrebatamento
- ▶ Fim do mundo
- ▶ Guerras
- ▶ Grande Tribulação
- ▶ Milênio
- ▶ Preterismo
- ▶ Pós-milenismo

www.
revistacrista
.org

Senhor da Alma e do Estado

O dever dos cristãos de
misturar política e religião

Título original:

Lord of Soul and State: The Duty Of Christians
to Mix Politics and Religion

Mike Warren

Tradução e adaptação textual por
César Francisco Raymundo

Revista Cristã _____

Última Chamada

Todos os direitos reservados.

**Este artigo está disponível gratuitamente no blog
do site [Christianciv.com](http://christianciv.com)**

Blog: <http://christianciv.com/blog/index.php/2015/09/08/lord-of-soul-and-state/>

Acessado Segunda-feira, 01 de Outubro de 2018

Visando a divulgação do Preterismo e do Pós-milenismo, para a Glória de Deus, a *Revista Cristã Última Chamada* publica com design e profissionalismo artigos disponíveis em outros sites para que venham edificar aos irmãos em Cristo.

Revista Cristã Última Chamada publicada com a devida autorização e com todos os direitos reservados no Escritório de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sob nº 236.908.

Editor
César Francisco Raymundo

E-mail: ultimachamada@bol.com.br
Site: www.revistacrista.org

Londrina, Paraná,
Outubro de 2018

Índice

Sobre o autor	06
Introdução	08
Deus governa sobre todos: a alma e o estado	12
O Mito da Neutralidade	13
Podemos confiar em visões não cristãs de justiça?	16
Lidando com a lei natural	07
A política é corrupta: evitando um compromisso ou responsabilidade	18
“Isso é o trabalho de Deus”: mais uma vez evitando um compromisso ou responsabilidade	19
Impondo nossas opiniões sobre os outros por lei	19
Separação de Igreja e Estado: Sim e Não	22
A alegada dureza da lei bíblica	24
A sangrenta história da religião e da política - ateísmo e política	25
O Novo Testamento e o Estado	27
O que os cristãos podem fazer para honrar a Deus na política	31
Bibliografia	34
Obras importantes para pesquisa...	36
Patrocine esta obra!	39

Sobre o autor



Mike Warren é diretor da seção da Faculdade de Calcário da Ration Christi. Ele possui Mestrado em Filosofia e é advogado ativo na Carolina do Sul. É também articulista do blog <http://christianciv.com/blog/>

Introdução

“Religião e política não se misturam” é um mantra ensinado nos Estados Unidos [e no Brasil] como uma verdade absoluta e indiscutível (juntamente com o mantra de que “toda verdade é relativa”), mas os cristãos devem sua primeira fidelidade a Deus do que a qualquer visão de mundo. A relação entre a Igreja e o Estado deve obedecer o “assim diz o Senhor”.

Deus governa sobre todos: a Alma e o Estado

A ideia de um cristianismo que salva almas, mas deixa a política em paz, é um cristianismo inflexível e infiel. Primeiro, um Deus finito, que não governa o Estado, não pode garantir a salvação eterna para a sua alma, porque se Deus não governa todas as áreas da vida, então não haveria nada que impedisse que alguma área da vida estivesse fora do controle de Deus. Obstrua a salvação da sua alma em algum momento durante a eternidade. Um Deus finito seria cercado por um Universo misterioso maior que Ele mesmo. Somente um Governante Absoluto do Universo poderia garantir a promessa da salvação eterna. Não há garantia de que a boa vontade acabará por triunfar sobre o mal, se tudo não estiver sob o controle de Deus. O misterioso caos além de Deus poderia dominá-lo e acabar com a própria existência de Deus.

Segundo, a salvação não tem significado a menos que Deus seja Absoluto, porque se Deus não é Absoluto, então não há um padrão absoluto de bem contra o qual pecar. Se não há pecado, então não há necessidade de salvação do pecado. Sujeito a forças além de si mesmo, um deus finito seria um padrão de ética em fluxo e sujeito a um desafio ético legítimo por forças externas a Ele.

O Deus da Bíblia não é como os deuses finitos dos antigos pagãos, que tinham um deus para os mares, outro para as árvores, etc. Nem o Deus da Bíblia é como os deuses finitos do mundo moderno, aqueles que são meramente deuses. Da vida privada das pessoas e da vida após a morte. A frase “a religião é uma questão privada, e não uma questão pública” só é verdadeira se Deus fosse finito. Esse não seria o Deus

cristão. Antes, “Porque todos os deuses dos povos são ídolos, mas o Senhor fez os céus” (Salmo 96:5). Como Criador do mundo material, Seu governo não é apenas sobre assuntos “espirituais”. Ele é o Senhor de todos. Ele é o grande “Eu Sou” (Êxodo 3:14), a fonte de toda a existência. “Nele vivemos, nos movemos e temos o nosso ser” (Atos 17:28). “Porque dele e para ele e por Ele são todas as coisas, a ele seja a glória para sempre. Amém” (Romanos 11:36).

Como Divina, a segunda pessoa da Trindade, esta regra abrangente aplica-se a Jesus Cristo: “Pois por Ele foram criadas todas as coisas, no céu e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos ou domínios, governantes ou autoridades - todas as coisas foram criadas. Através dele e para ele. E Ele é antes de todas as coisas, e nele todas as coisas permanecem juntas” (Colossenses 1:16-17). Não somente isso, mas como o Messias que conquistou o pecado e a maldição do mesmo até onde eles são encontrados, Deus o Pai designou o Messias ascendido como governante de todas as coisas, incluindo o Estado. O Salmo 2 declara:

“Por que as nações se enfurecem e os povos conspiram em vão? Os reis da terra se levantam e os chefes consultam juntos contra o SENHOR e contra o seu ungido, dizendo: Rompamos as suas ataduras, e sacudamos de nós as suas cordas. Aquele que está nos céus ri; o Senhor os detém em escárnio. Então ele lhes falará no seu furor, e os aterrorizará no seu furor, dizendo: “Quanto a mim, propus o meu Rei em Sião, o meu santo monte”. Contarei do decreto: O SENHOR me disse: “Você é meu filho; hoje eu te gerei. Pede-me e eu farei das nações a vossa herança e os confins da terra vossa possessão. Tu os quebrareis com uma vara de ferro, e os despedaçarás como um vaso de oleiro”.

Da mesma forma, o Salmo 110:1 também diz:

“Disse o Senhor ao meu Senhor: Assenta-te à minha direita, até que eu ponha os teus inimigos por escabelo de teus pés”.

E Isaías 9:6 profetizou:

“Para nós, um menino nasce, para nós um filho é dado; e o governo estará sobre os seus ombros”.

Embora alguns afirmem que Cristo só serve como Sacerdote na época atual e reinará como Rei somente depois de Sua segunda vinda, Cristo é um sacerdote da ordem de Melquisedeque, que foi simultaneamente sacerdote e rei, como é explicado em Hebreus 7. Além disso, Pedro declarou no dia de Pentecostes que essas profecias do Antigo Testamento sobre o reinado do Messias foram cumpridas na Ascensão de Cristo ao Céu (Atos 2:34-36). E Paulo também explica que Deus “o ressuscitou dentre os mortos e o assentou à sua direita nos lugares celestiais, muito acima de todas as regras e autoridade e poder e domínio, e acima de todo nome que é nomeado, não somente nesta época, mas também na que virá. E pôs todas as coisas debaixo de seus pés e deu-lhe como cabeça sobre todas as coisas para a igreja” (Efésios 1:20-22). E Filipenses 2:9-11 diz:

“Deus o exaltou muitíssimo e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, no céu, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para a glória de Deus Pai”.

Imediatamente antes de Sua Ascensão, o próprio Cristo declarou:

“Toda autoridade no céu e na terra me foi dada. Portanto, ide e fazei discípulos de todas as nações”.

(Mateus 28:18-19)

João descreve-o como:

“...Jesus Cristo, a fiel testemunha, o primogênito dos mortos e governante dos reis na terra”.

(Apocalipse 1:5)

Ecoando o Salmo 2 João também descreve Cristo em Apocalipse 19:15-16:

“Da sua boca saía uma espada afiada para derrubar as nações, e ele as regerá com uma vara de ferro. Pisará o lagar do vinho da ira da ira do Deus Todo-Poderoso. No seu manto e na sua coxa, ele tem um nome escrito: Rei dos reis e Senhor dos senhores”.

Por que um governo de Estado deve se submeter ao governo de Cristo quando todos nesse Estado não são cristãos? Primeiro, porque mesmo que eles não sejam cristãos, eles são criaturas de Deus, quer eles queiram ou não reconhecer, Cristo é Deus. Segundo, mesmo que todas as pessoas e governos não reconheçam a Cristo como seu Salvador, elas deveriam: “todo joelho se dobrará no céu e na terra” (Filipenses 2:10) - a palavra “deveriam” significa um imperativo moral. E no curso da história, todo joelho acabará se curvando, ou então será destruído: “Porque ele deve reinar até que tenha posto todos os seus inimigos debaixo de seus pés” (1ª Coríntios 15:25).¹

Como Deus governa sobre todos, a rebelião contra Deus envolve todas as áreas da vida, incluindo a política; portanto a obra de redenção de Cristo do pecado e Seu reinado messiânico deve se estender a todas as áreas da vida, incluindo a política. A ideia de que a religião é um assunto privado e que religião e política devem ser mantidas separadas não é uma ideia com a qual os cristãos possam concordar. Os deuses de outras religiões podem ser mantidos em uma caixa, mas o Deus e Salvador do Cristianismo governa sobre todos.

O Mito da Neutralidade

A moderna Suprema Corte dos EUA afirma que o Estado deveria ser neutro em relação à religião. Mas como Deus governa sobre todas as coisas, não há nada na vida que possa ser neutro em relação a Deus. Nada é secular na vida, exceto como uma falsa interpretação da vida. A neutralidade religiosa do Estado só faz sentido se Deus é finito e não fala com o Estado. Mas desde que o Deus da Bíblia não é finito, a reivindicação de neutralidade é realmente uma rejeição de Deus. Ignorar os mandamentos de Deus para o Estado não é a neutralidade para com Deus. Isso é anti-Deus. Se a Bíblia exige que uma pessoa seja executada por um crime em particular, e alguma outra visão de ética a proíba, então ambas as visões não podem ser seguidas. Não pode haver neutralidade entre elas.

Os secularistas têm seu próprio “deus” no sentido de uma autoridade suprema. Algum padrão último de certo e errado será usado para julgar se as leis são boas ou más. O deus secularista é o Estado, ou a Humanidade, ou alguma outra coisa criada. O mito da neutralidade é uma maneira enganosa de excluir o Deus da Bíblia em favor de um dos falsos deuses do homem.² Na prática, isso leva à visão de que o Estado é proibido de reconhecer que Deus existe e que Sua lei deve ser obedecida, deixando as visões ateístas da ética como os únicos guias legítimos para o Estado.

Podemos confiar em visões não cristãs de justiça?

Se o padrão para as leis do Estado não vem de Deus, de onde eles poderiam vir? Além do fato de que para fazer tal pergunta assume a visão anticristã de que Deus não é Absoluto, como poderia haver padrões de certo e errado sem Deus?

É importante nos dar padrões de certo e errado? Não, porque certo e errado não são objetos físicos. “Não roube” não pode ser isolado em um tubo de ensaio ou visto com um microscópio ou telescópio. O certo e o errado devem ser determinados por observações “científicas” cuidadosas do que é mais benéfico para a espécie humana? Não, porque “benéfico” em si é um julgamento de valor, não um objeto material. Em um mundo materialista, um mundo sem valor, nem mesmo a escolha da vida sobre a morte seria um valor. E as observações feitas por seres humanos finitos, mesmo que sejam cientistas realmente inteligentes, não podem servir como fonte suprema de princípios universais de justiça. Observações sobre o que é não pode, por si só, nos dizer o que deve ser ou estar; as observações não podem nos dar uma meta para o comportamento humano. Um Deus universal que revela os seus padrões para nós deve ser pressuposto para explicar os padrões universais de justiça que podem ser aplicados pelo Estado.

Devemos procurar os padrões do Estado em um reino de conceitos impessoais, como fez Platão? Não, primeiro, porque apenas pessoas podem ser morais. As abstrações impessoais não podem mais ser morais do que a matéria impessoal, como um pedaço de rocha, pode

ser moral. Segundo, a visão platônica coloca os padrões do Estado num domínio que exclui o mundo material em que vivemos. O mundo das ideias era real e o mundo da matéria, uma ilusão, na filosofia de Platão. A visão de ética de Immanuel Kant enfrenta um problema semelhante: o padrão de ética é uma abstração vazia que nem pode ser conhecida, e mesmo se pudesse, seria inútil porque esse reino abstrato exclui todas as particularidades do mundo mutável da experiência humana. A visão cristã da ética não tem esse problema porque o Criador Absoluto é a fonte da moralidade e da matéria, assim, os dois são sempre relevantes um para o outro. A lei de Deus nunca se torna antiquada ou irrelevante porque Deus está no controle da história.

A ética secular está filosoficamente falida, como tem sido reconhecido cada vez mais pelos filósofos em nossa era “pós-moderna”. Como um professor de filosofia reconheceu:

“Vou colocar a situação atual da forma mais precisa possível: hoje não há como provar que bebês recém nascidos são ruins exceto afirmando-os (em voz muito alta), ou definindo-os assim, no início do jogo, e, em seguida, mais tarde, deslizando, em um sussurro, como uma conclusão. Agora isso é um fato da vida intelectual moderna tão bem e dolorosamente conhecido como um dos poucos que é simultaneamente horripilante e banal”.³

Sem um padrão objetivo de ética, a teoria política secular deve se reduzir a todo homem, criando seus próprios padrões de justiça, que é pura anarquia; ou se permite ao Estado criar arbitrariamente seu próprio padrão de justiça, que é o totalitarismo. Isto acontece quando não há Deus para restringir o Estado, Aquele que mais pode determinar o que é certo. Somente a cosmovisão cristã pode explicar a liberdade política dentro dos limites das leis justas. Na medida em que os Estados Unidos ou qualquer outra nação que professa ser independente de fundações religiosas exhibe liberdade e justiça, então ela está sendo inconstante com suas alegações de negação de Deus, e muitas vezes está tomando explicitamente emprestado princípios cristãos de um passado cristão sem reconhecer isso.

Não há alternativa à ética cristã. O Estado não tem outro lugar para se virar, exceto para Deus, para determinar quais são as leis justas, quais são as leis injustas e qual é a extensão da jurisdição do Estado.

Lidando com a lei natural

Os cristãos frequentemente apelam para a “lei natural” como uma desculpa conveniente para escapar do envolvimento cristão explícito na política, ao mesmo tempo que afirmam manter uma visão cristã do Estado. Isso é chamado de “Visão de Dois Reinos” na teologia luterana. Mas se a Bíblia é verdadeira e Deus é Absoluto, então a rebelião contra Deus não se limitará a apenas uma parte da vida. A regra de um Deus Absoluto será refletida em todas as áreas da vida, assim a rebelião contra Deus se manifestará em todas as áreas da vida. A “lei natural” torna-se idolatria natural, pois a natureza é interpretada por mentes não regeneradas. Deus realmente revelou Sua lei na natureza (Romanos 1 e 2), mas aqueles em rebelião contra Deus “suprimem a verdade em injustiça” (Romanos 1:18). Eles podem “mostrar a obra da lei” (Romanos 2:15), mas sua pecaminosidade não os torna um guia confiável. Como Deus governa toda a vida, e a rebelião contra Deus se manifesta em todas as áreas da vida, então a Revelação Redentora de Deus - a Bíblia - deve falar a todas as áreas da vida. A Bíblia deve ser o guia explícito e autoridade absoluta para a legislação, execução e interpretação⁴ de leis justas para o Estado.

Dizem que Martinho Lutero disse:

“Prefiro ser governado por um turco competente do que por um cristão incompetente”.⁵

Essa ideia não consegue se conectar com os problemas que foram apresentados aqui. A Bíblia diz o seguinte sobre como escolher uma regra:

“Escolha homens sábios, perspicazes e experientes”.
(Deuteronômio 1:13)

“E você deve ensinar-lhes os estatutos e as leis, e mostrar-lhes o caminho pelo qual devem andar e o trabalho que devem fazer. Além disso, você deve selecionar de todas as pessoas capazes homens, como temem a Deus, homens de verdade, odiando a cobiça; e colocar tais sobre eles para ser maiorais de mil, maiorais de cem, maiorais de cinquenta e maiorais de dez. E julguem o povo em todo o tempo”.

(Êxodo 18:20-22)

Por um lado, podemos ver que Lutero apresenta um falso dilema. Nos versículos acima, os governantes devem ser “capazes” e “experientes”, não meramente aqueles que “temem a Deus”. A questão é se você deve escolher um político não-cristão experiente ou um político cristão experiente.

Em segundo lugar, os governantes devem ser pessoas que aprenderam os estatutos e leis de Deus - aqueles que foram entregues por Deus por revelação especial. Eles não devem ser deixados para seguir sua razão decaída para encontrar a lei de Deus na natureza. Há uma necessidade de revelação redentora que guia todas as áreas da vida porque o pecado afeta todas as áreas da vida. A citação de Lutero falha em reconhecer que, enquanto um não-cristão pode fazer as obras da lei (Romanos 2: 14-15), o não regenerado estará menos inclinado a seguir a lei de Deus, seja ela encontrada na natureza ou na Bíblia: “Pois a mente que é colocada sobre a carne é hostil a Deus, pois não se submete à lei de Deus; de fato, não pode” (Romanos 8:7).

A política é corrupta: evitando um compromisso ou responsabilidade

A alegação aqui é que a política sempre envolve compromisso para fazer as coisas, então os cristãos não podem participar sem serem corrompidos pelo pecado. Mas como isso é diferente de qualquer igreja? Não há igrejas perfeitas. As decisões da igreja e dos comitês dentro das igrejas são alcançadas por meio de compromisso. Nem todo mundo fica satisfeito. Deus deu Seus padrões para o Estado, e a incapacidade dos cristãos de reformar toda a legislação de acordo com o padrão de Deus de uma só vez não é desculpa para não alcançar a justiça na medida de sua capacidade. O gradualismo é moralmente aceitável. Mesmo Jesus não curou a todos ou salvou todas as almas em seu ministério terreno.

“Isso é o trabalho de Deus” (mais uma vez evitando um compromisso ou responsabilidade)

Outra alegação é que o Reino de Deus vem pelo poder de Deus, não pelo esforço do homem, por isso os cristãos não devem se esforçar para conformar o Estado à lei de Deus.⁶ Há algumas coisas que só Deus pode fazer, mas Deus nos deu Suas leis para o Estado e espera que vivamos por elas. Deus é soberano sobre o Estado, mas isso não exclui a responsabilidade humana. Para os cristãos, “trazer o reino” no sentido de tornar o Estado mais cristão não significa que a violência ilegal deve ser usada para tomar o Estado, como explico mais a seguir.

Impondo nossas opiniões sobre os outros por lei

Mas, mesmo que os cristãos acreditem que a lei de Deus é o padrão perfeito de justiça, temos o direito de impor essa lei aos não-cristãos? Sim. Toda lei é uma questão de impor uma visão sobre os outros. Se todos concordassem com as leis, os infratores nunca teriam que ser punidos. Aquele que rouba ou mata não quer as proibições contra os atos que lhe são impostos.

Quem decide qual lei será imposta? A resposta no Ocidente é que a democracia é o meio de decidir quem fará as leis. Nada neste ensaio implica uma rejeição do processo democrático. De fato, a civilização ocidental segue o processo democrático em grande parte devido à influência cristã formativa sobre ele no passado. Liderados por Oliver

Cromwell, os calvinistas da Inglaterra afirmaram os direitos dos representantes do povo contra o despotismo do rei na Revolução Gloriosa da Inglaterra. Os puritanos aplicaram sua estrutura de governo da igreja ao Estado, dando-nos a democracia representacional (também conhecida como a forma republicana de governo). Mais tarde, a Revolução Americana espelhou a Revolução Inglesa em afirmar os direitos dos representantes do povo contra o governo despótico do rei da Inglaterra. A defesa da liberdade contra os tiranos por Junius Brutus, que defendeu a forma republicana do governo civil da Bíblia. Ele ressaltou que, embora Deus algumas vezes tenha ordenado que Seus profetas ungissem Sua escolha para o próximo rei, nenhum rei de Israel assumiu o poder até que todo o povo de Israel, ou pelo menos seus representantes, o elegeisse como rei (2º Samuel 16:18). Exemplo: Davi (2º Samuel 2:4; 5:1-3); Salomão (2º Crônicas 29:22-23); Roboão (1º Reis 12:1); Jeroboão (1º Reis 12:20); Omri (1º Reis 16:16-21); Jeoiada (2º Reis 11:12, 17, 19); Azarias (2º Reis 14:21); Uzias (2º Crônicas 26:1); Jeocaz (2º Reis 23:30). Thomas Paine, apesar de seus escritos posteriores, onde denunciou a Bíblia, defendeu a forma republicana de governo do Antigo Testamento em seu famoso livro *Common Sense* [Senso Comum] promovendo a revolução contra a Inglaterra.⁷

A influência cristã no Estado resultou em mais restrições sobre o poder do Estado do que quase qualquer coisa que a sociedade já viu. A Reforma Protestante derrubou a ideia do direito divino dos reis através de livros como o *Lex Rex* de Brutus e Samuel Rutherford. Os colonos americanos aprenderam a lei através dos Comentários de William Blackstone, que ensinavam que o Estado deve estar sujeito a freios e contrapesos porque a Bíblia ensina a depravação do homem. A Bíblia restringe o Estado limitando a tributação a uma taxa de menos de dez por cento da renda (1º Samuel 8). É impossível administrar uma ditadura implacável com uma taxa de imposto tão pequena.

Todas as pessoas em uma nação não estão relacionadas a Cristo como seu Salvador. Mas todas as pessoas estão relacionadas a Cristo como seu Criador. E é como criaturas de Deus que todas as pessoas

têm a obrigação de se submeter à lei de Deus. Não há outra fonte legítima de direito.

Separação de Igreja e Estado: Sim e Não

Isso significa que não existe separação entre Igreja e Estado? A resposta para essa pergunta não é “sim” ou “não” porque “separação de Igreja e Estado pode significar muitas coisas diferentes”.⁸ As palavras “separação de Igreja e Estado” não estão na Constituição dos EUA, mas a Constituição proíbe que o “Congresso” faça uma “lei a respeito do estabelecimento da religião”. No contexto histórico, isso proíbe um arranjo como o da igreja da Inglaterra a nível nacional, onde os impostos eram usados para fornecer salários aos oficiais da igreja, e os funcionários do Estado eram obrigados a ser membros dessa denominação em particular. Como a Declaração de Direitos originalmente restringia apenas o governo nacional e não os governos estaduais, a Cláusula de Estabelecimento até permitia que os estados escolhessem qual denominação estabelecer para seu estado ou não estabelecessem nenhuma. Nada do que foi dito acima é incompatível com esse tipo de desestímulo.

Outro significado de “separação da Igreja e do Estado” pode ser que a Igreja ou o Estado não tem autoridade para controlar a outra instituição. Ser designado como pastor de uma igreja não dá ao pastor a autoridade para nomear ou remover funcionários do Estado, ou fazer cumprir as leis e penalidades do Estado; e o Estado não tem autoridade para nomear ou remover pastores ou determinar a filiação ou doutrina da Igreja. Esta separação institucional da Igreja e do Estado é completamente compatível com o que foi dito acima. A Bíblia ensina isso. Embora às vezes os reis também ocupassem o ofício de profeta

no antigo Israel, como Davi, os ofícios de rei e sacerdote estavam claramente separados. Os reis vieram da tribo de Judá, e os sacerdotes vieram da tribo de Levi. Os reis foram eleitos pelo povo; os sacerdotes não eram (2º Crônicas 26:16-21). O sumo sacerdote estava encarregado dos “assuntos do Senhor” e os oficiais da casa de Judá sobre os “assuntos do rei” (2º Crônicas 19:11), e isso estava sob a teocracia do Antigo Testamento, de modo que não poderia significar que Deus não teve nada a ver com os assuntos de Estado.

Jesus repetiu a distinção de 2º Crônicas 19:11 quando ele disse a famosa frase, “dai a César as coisas que são de César, e a Deus as coisas que são de Deus” (Mateus 22:21; Lucas 20:25). Despojando essa declaração fora do contexto do resto dos ensinamentos da Bíblia, os secularistas se apegaram a isso como apoio à sua posição. Mas, à luz da natureza soberana do Deus bíblico e do ensino bíblico sobre o domínio messiânico de Jesus sobre o Estado, Jesus não pode defender uma separação de Deus dos assuntos do Estado. Ben Mass comenta:

“Cristo está afirmando aqui que ainda temos obrigações para com César, não que César não tem obrigações para com Deus! Ele apela para a imagem da moeda (imagem de César) para concluir que a moeda deve ser entregue a César - e qual imagem você acha que está sobre o próprio César? A imagem de Deus, claro”.⁹

Tanto a Igreja como o Estado estão sob o governo de Deus. “Não há autoridade exceto de Deus” (Romanos 13:1).¹⁰

Um terceiro significado de “Separação de Igreja e Estado” pode ser que a lei de Deus não tem autoridade sobre o Estado. Esta é uma versão secular da separação entre Igreja e Estado, e é completamente incompatível com o que foi dito acima. Nenhum cristão pode consistentemente manter esse tipo de separação entre Igreja e Estado; é incompatível com a crença de que Deus existe e que a salvação é através de Jesus Cristo. O Deus do Cristianismo é o Senhor da Alma e do Estado.

A alegada dureza da lei bíblica

A lei bíblica é frequentemente vista como bárbara e dura. Uma razão para esse equívoco é a ignorância dessas leis. Às vezes as pessoas confundem a lei islâmica com a lei bíblica. Por exemplo, a Bíblia não ensina que as mãos de uma pessoa devem ser cortadas para roubar. A Bíblia ensina que o ladrão deve pagar restituição à vítima. “Olho por olho” soa duro, mas é simplesmente dizer que a punição deve se encaixar no crime. A lei bíblica deve ser amplamente reconhecida por ser mais humana do que a lei secular moderna, na medida em que a Bíblia não ensina que a prisão é uma punição por qualquer crime. Em vez disso, o criminoso normalmente pagaria a restituição à sua vítima. Se ele não tivesse dinheiro suficiente, estaria sujeito a servidão involuntária em um negócio privado até que pagasse sua dívida.

Ainda muitos não estarão satisfeitos. A sabedoria convencional na Europa agora é que toda a pena de morte é bárbara, e o ensino da Bíblia sobre a pena de morte é considerado o aspecto mais severo das penas bíblica. Mais uma vez, a questão se resume ao fato de que, se Deus é rejeitado, não há outro padrão de justiça que possa substituí-lo. Não existe autoridade superior a Deus, portanto Ele é a Autoridade indiscutível para que tipo de punição é definido como “severo” e o que é justo. Porque Deus é perfeitamente justo e amoroso, a lei de Deus é o padrão perfeito de justiça e amor.

A sangrenta história da religião e da política - ateísmo e política

Algumas pessoas ainda podem dizer: *“Ainda me sinto hesitante em endossar a aplicação da lei de Deus pelo Estado porque, quando isso foi feito no passado, causou muito derramamento de sangue sobre as diferenças religiosas”*. Se você quer comparar os Estados Cristãos com os Estados ateus, a posição ateísta perde centenas de vezes.¹¹ Em um século, o século XX, estados oficialmente ateus matou mais de 100 milhões de pessoas inocentes! Stalin matou 10 milhões em suas reformas agrárias na Ucrânia. Mao matou 50 milhões em suas reformas agrárias na China. Pol Pot matou milhões nos campos de morte do Camboja. Muito disso foi a guerra dirigida contra a população civil. Os cruzados cometeram alguns atos ultrajantes, mas foi uma guerra defensiva contra a invasão de soldados muçulmanos (e as Cruzadas foram bem sucedidas em impedir que muçulmanos invasores conquistassem a Europa, o que teria reduzido a civilização europeia abaixo do nível do Afeganistão moderno). Ateus ainda estão indignados com o fato de centenas de anos atrás alguns puritanos em Salem terem injustamente matado cerca de 20 pessoas antes da cidade se arrepender de suas ações. Isso é pouco digno de nota em comparação com os milhões mortos por Stalin, todos com o apoio da Intelligentsia americana. A julgar pelo número de vidas injustamente eliminadas, a separação do ateísmo e do Estado é muito mais urgente do que a separação da Igreja e do Estado.

A Inquisição matou muitos injustamente, mas o pior foi a Inquisição Espanhola, que foi dirigida pelo Estado e denunciada pelo Papa daquela época. A população em geral não tinha nada a temer nos

tribunais da Inquisição, e a maioria dos juízes eram considerados modelos de leniência em seus dias por causa das muitas oportunidades que deram ao acusado de se arrepender.¹²

Excluir a religião do Estado não traz harmonia universal. Em vez de usar o Estado para perseguir outras religiões como os cristãos às vezes fazem, os ateus usam o Estado para punir todas as religiões e outras crenças seculares que não se ajustam às crenças seculares aprovadas pelo Estado. As deficiências dos Estados oficialmente cristãos passados se comparam ao fracasso dos Estados oficialmente ateus, mas um ponto ainda mais importante é que não há como julgar que qualquer Estado foi justo ou injusto se o Deus da Bíblia não existe, porque sem esse Deus nenhum padrão ético seria possível.

O Novo Testamento e o Estado

Que o Antigo Testamento ordena a obediência do Estado à lei de Deus não é negado por ninguém. Mas o que o Novo Testamento diz? A ênfase na graça e redenção no Novo Testamento exclui a necessidade do Estado de obedecer à lei de Deus? Não! Romanos 13 diz que todos os governantes “levam a espada” como “ministros de Deus”. 1ª Timóteo 1:8-11 diz:

“Mas sabemos que a lei é boa, se o homem a usar de maneira legítima, sabendo isto: que a lei não é feita para um homem justo, mas para o que é sem lei e desobediente, para o ímpio e para pecadores, para profanos e profanos; homicidas de pais e homicidas de mães, de homicidas, de prostitutas, de homens que contaminam a humanidade, de traidores de homens, de mentirosos, de perjuros, e se houver alguma outra coisa contrária à sã doutrina, segundo o glorioso evangelho do Deus abençoado, que estava comprometido com a minha confiança”.

A lista de atos sem lei é diretamente das leis de Moisés no Antigo Testamento. E observe que quebrar essas leis é “contrário à sã doutrina” e “o glorioso evangelho”. Não é cristão que o Estado não cumpra a lei bíblica. Jesus disse que “não veio abolir a lei” (Mateus 5:17). Jesus não nos salva abolindo a lei, porque isso significaria que nada seria pecado.¹³ Em vez disso, Ele pagou o preço pelo nosso

pecado para que pudéssemos ser legitimamente justos. E, havendo nos redimido, “pecaremos, porque não estamos debaixo da lei, mas debaixo da graça? Deus me livre!” (Romanos 6:15). Nossa obediência à lei de Deus não pode nos salvar, mas a obediência à lei é o fruto da salvação: “Por isso sabemos que amamos os filhos de Deus, quando amamos a Deus e guardamos os seus mandamentos. Porque este é o amor de Deus, que guardemos os seus mandamentos; e os seus mandamentos não são dolorosos” (1ª João 5:2-3). Muitos cristãos pensam que a lei de Deus é dolorosa, mas qual é a alternativa? Se não formos governados pela lei de Deus, o padrão perfeito de justiça, então seremos governados pela anarquia ou totalitarismo da lei do homem.

As pessoas frequentemente pensam que a maior graça do Novo Testamento em comparação com o Velho significa menos ira e, portanto, punição mais leve para os criminosos agora, comparada com o que o Antigo Testamento ordenou. É verdade que maior graça significa mais bênção para os redimidos sob o Novo Pacto, mas o livro de Hebreus também ensina que a maior graça sob a Nova Aliança significa maior ira sobre os ímpios: “Quem quer que tenha deixado de lado a lei de Moisés, morre sem piedade da evidência de duas ou três testemunhas. Quão pior a punição, você acha, será merecida por aquele que desprezou o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança pela qual ele foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça?” (Hebreus 10:28-29; veja também Hebreus 2:2 e 12:25). Essa ira maior por rejeitar Cristo não é uma razão para tornar a punição penal mais severa agora do que sob o Antigo Testamento - que é chamado de “punição justa” (Hebreus 2: 2), afinal, mas também não é a graça maior do Novo Testamento uma razão para reduzir a severidade da punição criminal na era do Novo Testamento.

Alguns cristãos rejeitaram qualquer aplicação continuada do Antigo Testamento porque dizem que o Antigo Testamento prefigurou Cristo. É verdade que muitas leis no Antigo Testamento eram instrutivas sobre a obra redentora do Messias que viria e, portanto, eram de natureza temporária. O propósito destes tipos terminou quando o arquétipo apareceu (Hebreus 10:1). Mas nem tudo no Antigo Testamento pode ser visto como ensinando os meios de redenção. A

redenção é necessária porque os padrões eternos de Deus foram violados. E com a rebelião contra a lei de Deus vem a repressão e a distorção da lei de Deus. Portanto, a Bíblia não precisa mostrar apenas o caminho da redenção, mas precisa definir claramente os padrões eternos de moralidade de Deus para que o mundo possa aprender quais são os padrões de Deus pelos quais todos devem viver. Assim, devemos esperar uma mistura de leis temporárias (prenunciando Cristo) e leis eternas (padrões universais de ética) no Antigo Testamento.

Alguns afirmam que as leis dadas a Israel não podem ser aplicadas ao Estado moderno porque essas leis eram destinadas apenas ao povo de Israel. Mas a lei dada a Moisés era a mesma lei que Deus detinha a estrangeiros na terra de Israel e nações fora de Israel:

“Com nenhuma destas coisas vos contamineis; porque com todas estas coisas se contaminaram as nações que eu expulso de diante de vós.

Por isso a terra está contaminada; e eu visito a sua iniquidade, e a terra vomita os seus moradores.

Porém vós guardareis os meus estatutos e os meus juízos, e nenhuma destas abominações fareis, nem o natural, nem o estrangeiro que peregrina entre vós...”.

(Levítico 18:24-26)

Deus puniu Sodoma e Gomorra pela homossexualidade mesmo antes de Deus entregar Sua lei a Moisés (Gênesis 19). Deus enviou Jonas à nação estrangeira de Nínive para exigir que eles se submetessem à lei de Deus. João Batista denunciou publicamente Herodes, um gentio, por violar a lei de Deus casando-se com a esposa de seu irmão (Marcos 16:17-18). De fato, a lei de Deus fala ao mundo inteiro que pode ser responsabilizada por Deus (Romanos 3:19).¹⁴

Pode ser que alguns crimes do Antigo Testamento ou suas punições devam ser cumpridos apenas até a época de Cristo, mas não há razão para supor que todas as leis civis do Antigo Testamento foram postas de lado. Devemos assumir a obrigação contínua das leis civis

encontradas no Antigo Testamento, a menos que descobramos onde a Bíblia ensina que uma determinada lei civil no Antigo Testamento foi anulada porque:

1) Somente Deus pode deixar de lado Sua lei, então devemos encontrar autoridade bíblica para reivindicar que uma lei anterior não se aplica mais.

2) A novidade do Novo Testamento não envolve um novo princípio que é fundamentalmente contrário ao direito civil do Antigo Testamento. A lei de Deus é baseada em Sua natureza e a natureza de Deus não muda. O Deus do Novo Testamento é o mesmo Deus do Antigo Testamento. “Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e para sempre” (Hb 13:8). Lembre-se de que Jesus Cristo é Deus, a segunda Pessoa da Trindade, o mesmo Deus que entregou Sua lei a Moisés no Monte Sinai. Cristo é o Criador do Antigo Testamento, que criou “todas as coisas”, incluindo “tronos ou domínios, governantes ou autoridades” (Colossenses 1:16). E como explicado acima, a natureza do ministério de Cristo não era contrária à obrigação do Estado de obedecer à lei de Deus. A provisão de um Salvador do pecado não muda os princípios de justiça e injustiça.

3) Como em 1ª Tim. 1:8-11, o Novo Testamento continua a falar positivamente sobre a validade da lei civil do Antigo Testamento.

O que os cristãos podem fazer para honrar a Deus na política

“Resgate aqueles que estão sendo levados para a morte; retenha os cambaleantes para a matança”.

(Provérbios 24:11)

Indiretamente ou diretamente, em período integral ou parcial, todo cristão pode contribuir de alguma forma para o avanço dos padrões de Deus de justiça cívica.

Orar. “Exorto, portanto, que, antes de tudo, sejam feitas súplicas, orações, intercessões e gratidão a todos os homens; para reis e para todos que estão em autoridade; para que possamos levar uma vida tranquila e pacífica em toda a piedade e honestidade. Pois isto é bom e aceitável diante de Deus, nosso Salvador” (1ª Timóteo 2:1-3). As orações vão diante de Deus como incenso e despertam Deus para trazer justiça a um Estado injusto em Seu tempo (Apocalipse 8:3-5).

Viva uma vida pessoal piedosa. Seja honesto, obedeça ao rei (1ª Pedro 2:12-14). Resista ao rei quando sua ordem não puder ser seguida sem cometer pecado (Atos 5:29; Hebreus 11:23, 31). Isto é uma testemunha para Deus.

Vote em candidatos piedosos. Julgue os candidatos e suas posições pelo critério da lei de Deus, que define a justiça perfeita. Envolver-se em organizações de ação política para sua indústria ou seus interesses pessoais. Em qualquer setor em que você trabalhe, você pode se tornar um membro de uma organização que esteja envolvida em ações políticas relacionadas a esse setor. Se você construir casas,

you can become a member of the Association of Builders of Local Houses and promote only the rights of property. If you are a nurse, you could work for medical practice that honors God. If you work in a bank, you can work only under financial laws. Or if you have a personal interest in rights of arms or rights of school education at home, you can get involved in organizations that try to move the law in a biblical direction on these issues.

Seja um pai piedoso. Train your children to obey the State and to obey God above the State. Offer your children the education as completely Christian as you can, so that they are taught to apply the word of God in all areas of life (Deuteronomy 6:7). Public schools probably are not the most Christian in your region, for the minimum. The current view of the courts in the USA is that the State cannot recognize God, especially as the source of our laws, and, therefore, schools run by the State also cannot recognize God. We must form a new generation of Christians to overthrow the false gods of the modern secular state.

Seja voluntário em sua igreja para fazer o trabalho comandado pela Igreja. After the family, the Church is called to be the institution that provides charity to the poor (1st Timothy 5). God called for a tax of ten percent, a sign of tyranny (1st Samuel 8), so limited to its biblical size, the State should not have the resources to be in the business of well-being. When the State spends resources for the well-being of the poor, the poor many times are trapped in social welfare programs. They many times cannot escape because they need moral elevation - to be taught about responsibility. Only the Church can do this well. Those who are in the social welfare system of the State also accept other aspects of the impious government. They learn to vote for the politician who will keep their social security checks, which is generally a politician who will vote for other impious laws. But if the poor are helped by the Church, they will be more disposed to listen to what the Church teaches.

Ensine a lei de Deus para o Estado em sua igreja. A Igreja deve equipar seus membros “para preparar o povo de Deus para as obras de serviço” (Efésios 4:12) em todos os aspectos da vida. A palavra de Deus deve ser ensinada na Igreja para equipar completamente os cristãos para “toda boa obra” (2ª Timóteo 3:16-17). Os pastores têm a obrigação de ensinar “todo o conselho de Deus” (Atos 20:27), e deve ser inegável que a Bíblia tem coisas a dizer sobre a justiça e a conduta dos governantes. Mesmo que o único envolvimento político das pessoas em sua igreja seja como eleitores, eles precisam saber discernir entre o bem e o mal (Romanos 12:2; Hebreus 5:14) no âmbito político, para que votem em representantes que governarão em busca da justiça bíblica e promovam um ambiente que permita que o evangelho seja livremente pregado e vivido. As igrejas que querem manter seu status de isenção de impostos nos Estados Unidos não podem endossar ou fazer campanha por um determinado candidato ou fazer declarações sobre as qualificações morais de um candidato para cargos, mas podem falar sobre as questões morais do dia, distribuir guias eleitorais, portarias para a legislação, desde que não seja uma parte substancial de sua atividade total, e patrocine debates de candidatos. O pastor pode até endossar candidatos em suas capacidades individuais.

Envolve-se com as reuniões distritais locais de um partido político. Dificilmente alguém mais está, então, novamente, sua pequena voz pode ter um grande peso.

Correr para a função. Isso não é um chamado por todos. Mas se os cristãos não o fizerem, somente aqueles que se recusarem a honrar a Deus nos governarão. “Quando os justos estão em autoridade, o povo se alegra, mas quando o ímpio domina, o povo geme” (Provérbios 29:2).

Torne-se um advogado. Os oprimidos precisam de um defensor. A injusta necessidade de conseguir o que merecem. Se os cristãos não forem legalmente treinados para lutar pela justiça, a justiça sofrerá.

Bibliografia

- [1] Para mais informações sobre o reinado messiânico de Cristo, ver William Symington, *Messiah the Prince* (Edmonton, AB Canadá: Still Waters Revival Books, 1990 [1884]).
- [2] Veja RJ Rushdoony, *Law and Liberty*.
- [3] Arthur Allen Leff, "Análise Econômica do Direito: Algum Realismo Sobre o Nominalismo", *60 Virginia Law Review* (1974) pp. 454-55. Veja http://www.christianciv.com/Atheists_Confess.htm para citações similares.
- [4] Esses seriam os três ramos do governo civil nos EUA: Legislativo, Executivo e Judicial.
- [5] Ninguém pode encontrar essa referência, mas mesmo que Lutero não tenha dito isso, é coerente com sua defesa da lei natural como o guia suficiente para o Estado.
- [6] Veja Michael S. Horton, "Como o Reino Vem," *Christianity Today* 50.1 (Jan., 2006), em <http://www.christianitytoday.com/ct/2006/001/2.43.html> . Veja também a resposta de John M. Frame, "Em Defesa do Ativismo Cristão: Avaliando as Opiniões de Michael Horton e Meredith Kline" em 19 de abril de 2006, no Centro de Liderança Cultural, <http://www.christianculture.com/cgi-local/npublisher/viewnews.cgi?category=3&id=1145485285> .
- [7] Thomas Paine, *Common Sense* (1776), em www.constitution.org/civ/comsense.htm .
- [8] Veja <http://www.christianciv.com/ChristianViewsonChurch&State.htm> .
- [9] Ben Mass, "Theonomy" em http://theonomyresources.flockalert.com/pdfs/theonomy_by_ben_maas.pdf .
- [10] Para um tratamento completo disso, veja George Gillespie, *Rod Blossoming de Aaron* (Harrisonburg, VA: Sprinkle Publications, [1646] 1985).
- [11] Veja Gil Elliot, *Livro dos Mortos do Século XX* (1972).
- [12] Veja *Mitos Sobre a Civilização Cristã Passada* (Quasi) .

[13] A redenção paga as penas eternas do pecado, mas não nos livra das penalidades temporais e civis. Um cristão não pode dizer a um policial que ele não tem que pagar sua multa por excesso de velocidade porque Cristo já pagou suas dívidas. Êxodo 21:14 diz: “Mas se um homem intencionalmente atacar outro para matá-lo com astúcia, você deverá tirá-lo do meu altar [o lugar do sacrifício redentor, prefigurando Cristo], para que ele morra”.

[14] Veja Greg L. Bahnsen, “Para quem foi pretendida a lei de Deus?” Em *The Biblical Worldview* 4:12 (December, 1988), em www.cmfnow.com/articles/pe079.htm .

Obras importantes para pesquisa

A Segunda Vinda de Cristo: Sem Ficção, Sem Fantasia!

Compilação de César Francisco Raymundo, 172 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista007.htm

A Ressurreição de Jesus Cristo

– é Ficção ou Fato Histórico Irrefutável? –

César Francisco Raymundo, 35 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista011.htm

A Escatologia pode ser Verde?

Rev. Dr. Ernest C. Lucas, 29 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista013.htm

A Grande Tribulação

David Chilton, 148 páginas.

Link:

www.revistacrista.org/literatura_A%20Grande%20Tribulacao_David_Chilton.htm

A Verdade sobre o Preterismo Parcial

César Francisco Raymundo, 77 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista015.htm

A Ilusão Pré-Milenista

- O Quiliasmo analisado à luz das Escrituras -

Brian Schwertley, 76 páginas.

Link:

Comentário Preterista sobre o Apocalipse

– Volume Único –

César Francisco Raymundo, 533 páginas.

Link:

www.revistacrista.org/literatura_Comentario_Preterista_sobre_o_Apocalipse_Volome_Unico.html

Cristo Desceu ao Inferno?

Heber Carlos de Campos, 46 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista016.htm

Crítica do Preterismo Completo

Philip G. Kaiser, 27 páginas.

Link:

www.revistacrista.org/literatura_Critica%20do%20Preterismo%20Completo.htm

Dicionário Michaelis

<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>

Heresias do Preterismo Completo

César Francisco Raymundo, 56 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista014.htm

Dispensacionalismo**Desmascarando o Dogma Dispensacionalista**

Hank Hanegraaff, 49 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista020.htm

Uma Refutação Bíblica ao Dispensacionalismo

Arthur W. Pink, 42 páginas.

Link:

www.revistacrista.org/literatura_Dispensacionalismo_Arthur_Pink.htm

Dispensacionalismo (Lista de Passagens da Escritura)

Nathan Pitchford, 29 páginas.

Link:

www.revistacrista.org/literatura_Dispensacionalismo_Lista%20de%20Passagem.htm

JESUS – A Chave Hermenêutica das Escrituras

Eric Brito Cunha, 46 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Jesus_a_Chave_Hermeneutica.htm

Léxico do Grego do Novo Testamento

Edward Robinson, 1014 páginas.

Tradução: Paulo Sérgio Gomes.

Edição em língua portuguesa © 2012

por Casa Publicadora das Assembleias de Deus.

Todos os direitos reservados.

Mateus 24 e a Vinda de Cristo

César Francisco Raymundo, 110 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista023.html

Mateus 25 e o grande Julgamento

César Francisco Raymundo, 30 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista024.html

O Padrão Éden

Jair de Almeida, 31 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista022.html

O Universo em Colapso na Bíblia

– eventos literais ou metáfora poderosa?

Brian Godawa, 29 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista017.htm

Pós-Milenarismo PARA LEIGOS

Kenneth L. Gentry Jr., 92 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_pos_milenarismo_para_leigos.htm

Predições de Cristo

Hermes C. Fernandes

Link: www.revistacrista.org/Revista_Dezembro_de_2011.htm

Refutando o Preterismo Completo

César Francisco Raymundo, 112 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista010.htm

Sem Arrebatamento Secreto

– Um guia otimista para o fim do mundo –

Jonathan Welton, 223 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Sem%20Arrebatamento%20Secreto.htm

70 Semanas de Daniel

Kenneth L. Gentry, Jr., 35 páginas.

Link: www.revistacrista.org/literatura_Revista012.htm

Patrocine esta obra!

Colabore com este trabalho que visa reformar o verdadeiro ensinamento sobre a Escatologia (ou fim dos tempos), o qual foi tão suprimido nos últimos séculos. Acima de tudo pedimos que nos ajude com as suas orações, para que possamos continuar a ter vigor para continuar e resistir os desafios de cada dia.

Se você pretende patrocinar esta revista, saiba, nós não prometemos as bênçãos de Deus para você, mas garantimos que você estará abençoando outros que precisam ter nossas literaturas gratuitamente.

Doe via depósito bancário

Banco: Caixa Econômica Federal

Em favor de: César Francisco Raymundo

Agência: 3298

Operação: 013

Conta: 00028081-1

Usufria gratuitamente do site

Temos perto de mil arquivos de artigos, vídeos e mensagens sobre escatologia em geral. Todos eles divididos em ordem alfabética.

Para acessar todos os artigos e escolher o tema de sua preferência, basta acessar:

www.revistacrista.org/artigos.htm

Nossos e-book's com temas específicos podem ser encontrados neste link:

www.revistacrista.org/literatura.htm

As revistas, por ordem mensal e ano, podem ser acessadas aqui:

www.revistacrista.org/edicoes.htm

Temos também excelentes vídeos explicativos sobre escatologia, divididos em diversos temas:

www.revistacrista.org/videos.htm

Caso ainda haja dúvidas, estamos disponíveis todos os dias para servi-lo no endereço:

www.revistacrista.org/contato.htm

E-mails:

ultimachamada@bol.com.br

contato@revistacrista.org